

APRESENTAÇÃO:

Lembrar para não esquecer ou conhecer para evitar

JANE FELIPE BELTRÃO
UFPA

SERGIO BAPTISTA DA SILVA
EDITOR-CHEFE

PATRÍCIA MELO SAMPAIO
-UFAM

ROSANI DE FATIMA FERNANDES
-UNIFESSPA

O dossiê *Povos Indígenas e Ditaduras na América Latina*, agora apresentado ao público leitor, compondo o número 2 (julho–dezembro, 2018), volume 12, de *Espaço Ameríndio*, considera as densas reflexões feitas a partir da “descoberta” do *Relatório Figueiredo (RF)* e da publicação do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)*, as quais produzem possibilidade de mudanças teórico–metodológicas fundamentais à escrita da História Indígena durante os períodos ditatoriais no continente.

Até pouco tempo, se acreditava impossível escrever sobre o tema dada a suposta “ausência” de fontes credenciadas. Mesmo os depoimentos dos povos indígenas sobre os anos de chumbo eram escassos, ditos à surdina, e cercados de muito cuidado.

Poucas pessoas indígenas que vivenciaram os anos de chumbo se atreviam a falar, dada as atrocidades às quais foram submetidos/as e as condenações imputadas aos povos indígenas em diversos lugares, caso dos/as *Aikewára/Suruí* no Pará, onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia.

A divulgação dos documentos, acima referidos, mudou a rota da História Indígena e a *Espaço Ameríndio* desafiou os/as autores/as a trabalhar a respeito da insidiosa ação dos regimes de exceção na América Latina e, sobretudo, no Brasil, pois urge discutir o genocídio de coletividades indígenas, sempre negado pelos estados nacionais, que entretanto foram promotores de ações que violam os direitos etnicamente diferenciados e produzem efeitos sociais deletérios aos povos indígenas, ainda hoje.

Desafiados 31 autores/as submeteram 16 trabalhos à Revista entre: artigos, escritos indígenas e resenhas. Os trabalhos versam sobre diversas etnias e chamam atenção os depoimentos de pessoas indígenas – mais velhas e ocupando lugar de destaque nas aldeias de origem – que ousaram contar seus deslocamentos forçados, em particular – para alguns/mas interlocutores/as – ou em público – em meio a audiências e eventos de Direitos Humanos. Inscritos nos textos de Jane Felipe Beltrão e Ramiro Esdras Carneiro Batista em *Senhor Uwet, a tutela e o Indigenismo*; de Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira e Jheuren Karoline Costa de Souza surgem e ganham destaque os depoimentos de *Indígenas mulheres: vozes sobre o exílio Krenak*; e da pena de Antonio Hilario Aguilera Urquiza e Sônia Rocha Lucas emerge *Eu sou prisioneiro do Krenak*. Casos que fogem a investigação do *Relatório Figueiredo*, mas integram os suplícios do período de chumbo.

Como organizadores/as do dossiê, fomos brindados com o sofrido depoimento de Adonias Guiome Ioiô, escrito indígena, denominado *Relatório Figueiredo como prova de genocídio, massacres e monstruosidades perpetradas contra povos indígenas no Brasil* que, ao ler o *RF*, em sala de aula, foi às lágrimas. Lágrimas que indicam que o relato dos acontecimentos é suficiente para provocar dor.

Toda atenção do leitor é necessária para os efeitos sociais produzidos pela Ditadura na Argentina que no caso dos *Mapuche* desembocam em um duro enfrentamento com o Estado demandando políticas públicas de reparação, ainda pendentes nos dias atuais.

Situação explicitada por Sebastian Valverde em *El pueblo mapuche y las dictaduras cívico militares en Argentina: políticas públicas, trayectorias y demandas de reparación*.

Esbulhar o território indígena, embranquecendo-os, é escrito por Paula Berbert e Douglas Ferreira Gadelha Campelo em *Embranquecer as terras, disciplinar os corpos: notas sobre a política indigenista junto aos Tíkmũ'ũn_Maxakali entre 1940 e 1988*, enquanto Patrícia de Mendonça Rodrigues traz a público *Marãiwatsédé, uma tragédia anunciada*.

Os casos aqui apresentados ganharam repercussão em páginas de periódicos nacionais e internacionais, as quais os algozes dos povos indígenas, em vão tentaram esconder, mas Rayane Barreto de Araújo traz uma análise da expressão jornalística das ocorrências em *O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968)*.

As mazelas que afetam a literatura e os movimentos indígenas, vem no texto *A literatura indígena brasileira, o movimento indígena brasileiro e o Regime Militar: uma perspectiva desde Davi Kopenawa, Ailton Krenak e Alvaro Tukano* de autoria de Leno Francisco Danner, Julie Dorrico e Fernando Danner.

Formas de esbulho territorial em face da tutela e as diversas formas de classificação que desumanizam os povos indígenas pelas agências que “pretendiam protegê-los”, caso do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), substituído nos anos 70 do século passado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foram minuciosamente registrados por Jane Felipe Beltrão e Paulo Victor Neri Cardeal em *Povos indígenas, esbulho territorial e anos de chumbo: leituras do Relatório Figueiredo*; enquanto Katiane Silva, Vinicius da Silva Machado, Gabriela Galvão Braga Furtado e Alessandro Baltazar Rodrigues informam sobre *Tutela, classificações e prática da Renda Indígena no Relatório Figueiredo: algumas considerações sobre processos de desumanização dos povos indígenas na gestão do Serviço de Proteção aos Índios*.

As narrativas acadêmicas, aqui apresentadas, tentam esmiuçar tanto o Relatório Figueiredo (RF), como o material gerado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) que potencializou os reclamos dos povos indígenas. É Jheuren Karoline Costa de Souza que traz à cena

Mulheres indígenas & Ditadura Militar Brasileira apresentando a dor das indígenas em períodos de arbítrio.

Na sequência, *Decolonialidade e Perspectiva Negra: Racismo, Povos Indígenas e a Ditadura Militar no Brasil* de Fernando da Silva Cardoso e Joyce da Silva Tavares apontam os contornos racistas que informam as relações interétnicas, as quais nem sempre se dá a devida atenção. Fábio do Espírito Santo Martins percorre os registros das ações da Ditadura e apresenta *As sociedades indígenas e a Comissão Nacional da Verdade*.

O desafio lançado pelo dossiê ampliou-se para desvendar arquivos particulares, depositados em instituições públicas abertos para revelar nuances que o estabelecimento de hidrelétricas no sul do Brasil “promoveram” arrasando territórios indígenas, o texto pertence à Elis Nascimento e refere-se a *Projetos hidrelétricos em territórios indígenas no Sul do Brasil no contexto da ditadura civil-militar: uma análise a partir do acervo de Silvio Coelho dos Santos*.

Para ampliar a comunicação sobre a relação povos indígenas versus ditadura, Marcus A. S. Wittmann, produziu a resenha *Um massacre silencioso e esquecido, uma guerra entre fuzis e flechas* sobre o recente livro de Rubens Valente denominado *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência na ditadura*, lançado em 2017.

Acredita-se que os escritos acadêmicos – indígenas e não indígenas – tentam nos fazer “lembrar para não esquecer”, ou ainda, nos fazer “conhecer para evitar” que os registros históricos fiquem nos arquivos empoeirados pelo tempo e deixem de demonstrar o genocídio dos povos indígenas. Afinal, o holocausto dos povos indígenas não durou os seis anos da Segunda Guerra Mundial, ele se desenrola há 518 anos. É preciso paralisar as ações genocidas e fazer valer os Direitos Humanos compreendendo que os povos etnicamente diferenciados fazem parte ativa das sociedades latino-americanas.

Afinal, não há ameaça mais séria à democracia do que excluir os povos indígenas do “projeto de nação” que, há mais de cinquenta anos a sociedade civil organizada tenta implantar no Brasil. O dossiê mostra que os povos indígenas além de perderem seus territórios e terem os direitos violados, “resistem” protagonizando pelas entranhas o “projeto de nação” pensado para o Brasil, lutando contra a exclusão e o racismo

presentes socialmente no Brasil. Construir um Brasil plural e democrático é imprescindível ao Brasil de hoje.

Ler sobre a luta dos povos indígenas é obrigação cidadã!

- A capa do dossiê é uma criação de Alana Fries, a partir de imagem capturada por Lula Marques (Lula Marques/Fotos Públicas - 2015).